

PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DOS ESPORTES DE AVENTURA

**Felipe da Silva Triani¹
Luiz Claudio do Nascimento²**

RESUMO

Os esportes de aventura correspondem ao objeto temático mais novo dentre aqueles já consagrados no campo da cultura corporal. No campo escolar, embora exista evidências de práticas pedagógicas sobre essa prática, somente a partir da publicação da Base Nacional Comum Curricular que os esportes de aventura passam a fazer parte do currículo da educação física na escola. Contudo, embora o tema tenha sido instituído no documento norteador da educação nacional, há poucos estudos que tematizam o ensino dos esportes de aventura na escola no que tange às estratégias de abordagem pelo professor. Sendo assim, o manuscrito em tela trata-se de um ensaio que propõe uma reflexão sobre a possibilidade de ensino dos esportes de aventura utilizando os princípios didático-pedagógicos como norteadores da ação docente. Propõe-se uma síntese dos princípios didático-pedagógicos, apresentando-os de maneira conceitual, a fim de situar o leitor no referencial adotado. Destacam-se as articulações de cada princípio e suas possibilidades de aplicação na prática pedagógica junto aos esportes de aventura. Conclui-se que a utilização dos princípios didático-pedagógicos para o ensino dos esportes de aventura pode servir como uma possível estratégia de metodológica, considerando a escassez de produções sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Princípio Didático-pedagógico. Esporte de aventura. Ensino.

¹ Mestre em Humanidades, Culturas e Artes. Professor e Bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da UNESA. E-mail: felipetriani@gmail.com

² Especialista em Treinamento Desportivo. Professor de Educação Física da Educação Básica. E-mail: teo.rev.junior@gmail.com

INTRODUÇÃO

As práticas dos esportes de aventura, assim como os esportes convencionais, vêm acompanhando o homem desde seu início como sociedade. Muitos autores são unânimes ao afirmarem que a prática desses esportes já se enraizava com os hábitos cotidianos do homem. Portanto, olhando para o contexto histórico no que tange a prática desses esportes, muitas experiências humanas ao longo dos anos foram documentadas sobre essa temática que antes era supostamente apropriada apenas aos homens dotados de coragem e heroísmo (PEREIRA, 2008).

Para Cantorani e Pillatti (2005) as atividades físicas diárias ao subir em árvores, escalar montanhas, mergulhar rios, caminhar quilômetros em busca de alimento e moradia, contribuíram de forma indireta para que o homem pudesse vivenciar práticas corporais semelhantes aos esportes de aventura, como: a escalada, o mergulho, a corrida de aventura, as trilhas, o parkour, o arvorismo, etc. Contudo, essas práticas não poderiam ser denominadas (do ponto de vista conceitual) como esportes de aventura, pelo fato de não serem atividades realizadas com o sentido que é atribuído na contemporaneidade. Mundialmente as práticas dos esportes de aventura datam sua origem por volta do século XVIII, ocasião em que o surfe foi o principal precursor desses esportes, sendo difundido a partir da primeira década do século XX, pelo havaiano Duke Kahanamoku (CANTORANI; PILLATTI, 2005).

No Brasil, o surfe foi o primeiro esporte de aventura a ser praticado e teve suas primeiras experiências no Rio de Janeiro, na década de 1950. Por conseguinte, deu-se um passo importante para abertura da federação carioca de surfe em 1965. Foi partindo desse esporte que outros foram incorporados às práticas dos esportes de aventura, uns criados a partir do conceito e utilização das pranchas, como skysurf, snowboard, windsurfe e wakeboard (CANTORANI; PILLATTI, 2005).

Consequentemente, ocorridas às experiências e treinamento vivenciados no âmbito de prática pelo homem ao longo da história desses esportes, os mesmos, sempre ofertaram movimentos ligados às práticas relacionadas diretamente com a natureza (BETRAN, 2003). Portanto, se a prática dos esportes de aventura é algo

ainda recente, considerando outras correntes esportivas mais consolidadas, seu ensino é mais recente ainda (RADICAL, 2007).

Nesta perspectiva de âmbito da prática relacionada às experiências e treinamentos dos esportes de aventura, Triani et. al. (2020), realizaram um estudo com objetivo de identificar os esportes de aventura mais praticados no Rio de Janeiro, especificamente na Barra da Tijuca e São Conrado, além de analisarem a formação profissional dos instrutores responsáveis pela condução prática desses esportes. Segundo os autores o estudo identificou que dentre o total de instrutores de esportes de aventura responsáveis por conduzir a prática, menos de 15% possuem formação em educação física.

Deste modo, considerando o contexto pedagógico de ensino para os esportes de aventura, Betti e Zuliani (2002) apresentam em uma proposta metodológica quatro princípios didático-pedagógicos que podem ser utilizados como estratégia de ensino desses esportes. De acordo com os autores, os princípios didático-pedagógicos são: Princípio da inclusão; Princípio da diversidade; Princípio da complexidade e Princípio da adequação do aluno, ainda que ambos possibilitem a aplicabilidade em outras correntes esportivas, o presente estudo, busca uma aproximação com os esportes de aventura. Portanto, considerando os princípios didático-pedagógicos, propostos por Betti e Zuliani (2002) e Betti e Gomes-da-Silva (2018), como fundamento teórico, o objetivo do manuscrito em tela é propor uma reflexão sobre a possibilidade de ensino dos esportes de aventura utilizando os princípios didático-pedagógicos como norteadores da ação docente.

1 METODOLOGIA

O manuscrito em tela configura-se como ensaio teórico. Para Michel (2015), os estudos desse tipo buscam defender uma ideia ou visão original de algo, sendo que não precisa ser original na sua concepção, podendo apresentar um novo viés, abordagem, característica, qualidade ou problematização do objeto temático.

O texto inicialmente apresenta o contexto dos esportes de aventura como possibilidade temática para as aulas de educação física. Na sequência, apresenta os princípios didático-pedagógicos (BETTI; GOMES-DA-SILVA, 2018) enquanto

referencial teórico-metodológico para a abordagem dos esportes de aventura nas aulas de educação física. Desse modo, no desenvolvimento do artigo cada princípio é apresentado de maneira articulada com o ensino dos esportes de aventura na escola.

2 O ESPORTE DE AVENTURA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

As mudanças sociais ao longo do tempo vindas dos campos das relações humanas como: globalização, socialização, comportamento humano, tecnologia, meio ambiente, entre outras, que se refletem na Educação Física, atualmente, os esportes de aventura mesmo manifestados na dimensão educacional ou no contexto do lazer, algo que tem chamado à atenção de muitos espectadores e admiradores são as modalidades desses esportes praticadas como esporte de alto rendimento, principalmente considerando que é essa dimensão do esporte que a mídia transmite em massa (BRASIL, 2016).

Mauro Betti e Zuliani (2002) assinalam que:

Hoje, somos todos consumidores potenciais do esporte-espetáculo, como telespectadores ou torcedores em estádios e quadras. A proliferação de academias de ginástica e escolinhas de esportes atende às camadas média e alta. Centros esportivos e de lazer públicos oferecem, embora de maneira ainda insatisfatória, programas de práticas corporais à população em geral (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 74).

Das diversas definições existentes na literatura que conceituam as modalidades dos esportes de aventura, Triani e Telles (2019), relataram que o termo esporte de aventura tem uma ampla nomenclatura diversificada, que segundo relata os autores esses esportes são classificados como: “esportes californianos, esportes radicais de ação, esportes radicais de aventura, esportes radicais, turismo de aventura, esporte de aventura, turismo esportivo, esportes na natureza, atividade física na natureza, atividade de aventura, práticas corporais de aventura, além de muitos outros termos utilizados para se referir às práticas corporais estabelecidas na relação do homem com a natureza” (TRIANI; TELLES, 2019, p. 294).

Triani e Telles (2019) também relatam que dentre as varias definições desses conceitos, o adotado pelo Ministério do Esporte implica sobre a compreensão de que:

O termo esporte de aventura como o conjunto de práticas esportivas, pode ser vivenciado em ambientes educacionais, de lazer ou de rendimento, sob controle do uso de equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometimento sócio ambiental, desde que exista interação com a natureza, possibilitando a emergência de emoções sob condições de incerteza em relação ao meio e com risco calculado. A prática pode ser realizada em ar, água, neve, gelo e terra, por meio da exploração das possibilidades de condição humana (TRIANI; TELLES, 2019, p. 294).

Nesse sentido, para Breivik (2010), os esportes de aventura oferecem experiências positivas e embora cada uma dessas modalidades evidencie particularidades em termos de sua história, formas de inserção social, institucionalização, padrões de expressão e identidade, muitas delas compartilham um conjunto de atributos morais, sociais e afetivos que as distinguem dos esportes tradicionais, o que em tese foi se alterando e disseminando ao longo das últimas décadas, foi à democratização dessas atividades, que hoje são praticadas não mais apenas pela “suposta elite”, mas, por uma diversidade de pessoas de todas as classes sociais em praticamente quase todos os países do mundo, oportunizando assim a inclusão de todos que desejam vivenciar emoções proporcionadas por essa corrente esportiva.

Quanto aos praticantes, Grezzana (2000), sustenta que de forma genérica existem poucas pessoas com conhecimento técnico sobre os aspectos específicos e de segurança que esses esportes exigem, mas que seus praticantes desejam viver suas emoções, sejam por busca de mero prazer ou pelo desempenho esportivo.

Há uma tradição técnico-pedagógica de pelo menos um século e meio com estratégias de ensino no âmbito de praticamente todas as modalidades esportivas. A partir daí, muitas outras estratégias podem ser mobilizadas, em virtude das características do conteúdo e dos objetivos específicos a atingir. Nos esportes de aventura, deve-se dar ênfase à aquisição de conhecimentos sobre a cultura corporal de movimento característica dessas modalidades e facilitar a vivência e incentivar as práticas desses esportes, levando em conta os diferentes interesses dos praticantes. Contudo, a escolha de estratégias, bem como o processo de ensino dos conteúdos

específicos, pode ser norteadada por princípios metodológicos e didático-pedagógicos (BETTI; ZULIANI, 2002).

Do ponto de vista prático existem as possibilidades de intervenção profissional nos esportes de aventura, as quais têm ocorrido com foco no lazer, no turismo e na iniciação esportiva de crianças, jovens e adultos (UVINHA, 2001). Particularmente, o surf, o skateboard, o snowboard, o kitesurf, o windsurf e a escalada esportiva são alguns exemplos de modalidades que já apresentam demanda para uma intervenção no âmbito da formação e do treinamento esportivo para competições de alto rendimento, principalmente a partir de algumas dessas modalidades serem incluídas como provas olímpicas para os Jogos Olímpicos de 2020. No Brasil, a atuação profissional dessas práticas esportivas de aventura têm se caracterizado a partir de duas perspectivas distintas, o turismo de aventura e os esportes de aventura, mas neste presente estudo analisaremos apenas os esportes de aventura, e assim propiciar a prática didático-pedagógica para esses esportes (MARINHO; UVINHA, 2009). A partir do objetivo de apresentar aos professores/instrutores de esportes de aventura os princípios didáticos-pedagógico existentes na literatura da Educação Física, a seção seguinte é apresentada.

3 OS PRINCÍPIOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS E O ENSINO DOS ESPORTES DE AVENTURA

Mauro Betti e Gomes-da-Silva (2018) apresentaram em uma de suas obras quatro princípios que o professor precisa adotar para orientar seu processo de ensino. Contudo, antes de especificar os detalhes de cada um dos princípios, os autores apresentam seu ponto de partida no que tange ao conceito de princípio.

A palavra “princípio”, além de denotar “começo” ou “início” de algo, também se refere a um ditame moral, lei ou preceito; a uma “proposição elementar e fundamental que serve de base a uma ordem de conhecimentos” (Houaiss, 2009). Os princípios didático-pedagógicos são também princípios axiológicos, referem-se a valores que escolhemos. São preceitos ou proposições que devem orientar os processos de ensino, e por serem princípios valorativos, deles não se pode abrir mão, sob pena de incorrência, de incorrer no erro de “falar uma coisa e fazer outra”, inaceitável para um educador (BETTI; GOMES-DA-SILVA, 2018, p. 57).

A partir de uma análise interpretativa do que Mauro Betti e Gomes-da-Silva (2018) assinalam como conceito de princípio, inferir a este conceito é entender que, estes princípios devem nortear a ação didática docente no ensino do esporte, pois este ditame moral serve de base a uma ordem de conhecimentos, que neste caso, estará diretamente arraigado às ações pedagógicas vinculadas ao ensino dos esportes de aventura.

O ensino dos esportes de aventura deve ser facilitador de maneira a auxiliar o praticante na compreensão do seu sentir e da sua relação na esfera da prática ao qual estará inserido. É importante que o ensino seja reflexivo no que tange à prática pedagógica. Dessa forma, se faz necessário refletir sobre questões básicas como: As atividades o fizeram se sentir bem? Foram significativas para o praticante? Foram prazerosas? Que condições a sociedade em que o praticante vive, oferece a possibilidade de praticar essas atividades? Quais são os grupos sociais interessados nesta prática? Sendo assim, a prática dos esportes de aventura deve, progressiva e cuidadosamente, conduzir o praticante a uma reflexão crítica que o leve à autonomia no usufruto das práticas corporais presentes no universo dos esportes de aventura (BETTI; ZULLIANI, 2002).

3.1 Princípio da inclusão

Os conteúdos e estratégias selecionados para a prática dos esportes de aventura devem sempre propiciar a inclusão de todos os praticantes. Nesse sentido, a aplicabilidade do princípio da inclusão nos esportes de aventura resulta em um manejo docente, de esforçar-se para que todos os participantes executem as atividades atinentes ao ensino de forma igualitária, sejam eles descoordenados, acima do peso corporal adequado a sua faixa etária, deficientes ou até mesmo por determinada “punição” ao praticante. Desse modo o professor, ao ministrar os esportes de aventura, deve ter em mente a importância da inclusão de todos os alunos (BETTI; GOMES-DA-SILVA, 2018). Todavia, cabe ao professor desenvolver um planejamento que proporcione situações de movimento que todos tenham a oportunidade de participação (BETTI; GOMES-DA-SILVA, 2018).

Uma outra condição que pode ser atendida a partir do princípio da inclusão é a questão de gênero. Existem esportes convencionas cuja cultura social sempre foi representada pelo estigma de determinado gênero, masculino ou feminino. Segundo relata Goellner (2005), o futebol sempre foi um dos esportes mais populosos do mundo, e que este sempre dicotomizou o gênero masculino do feminino, sendo o gênero masculino o principal material humano como produto de desempenho esportivo e esporte-espetáculo, onde o “homem” sempre foi à figura central deste esporte.

Por outro lado, Triani, Silva e Paixão (2019), desenvolveram um estudo tematizando os esportes de aventura e identificaram que não houve evidências de situações de sexismo durante a prática, principalmente porque todos os participantes lograram as mesmas situações de movimento. Adicionalmente, vale ressaltar a pesquisa desenvolvida por Cardoso, Marinho e Pimentel (2013), que identificou, a partir de um grupo amostral de 157 pessoas, o gosto pelos esportes de aventura tanto pelo sexo masculino como pelo feminino.

Portanto, refletir sobre o princípio da inclusão, é sobrepor o histórico das práticas corporais da Educação Física. Infelizmente em alguns momentos, este histórico pautou-se pela classificação dos indivíduos em aptos e inaptos, assim excluindo e dicotomizando pessoas das práticas corporais na Educação Física. Deve-se aqui também ressaltar, que mesmo ratificados sobre a exclusão de grande parte dos praticantes, infelizmente muitos professores ainda apresentam dificuldades em refletir ou modificar seus procedimentos no que tange às atividades excludentes, isto pode ocorrer devido ao enraizamento de tais práticas. Darido (2012, p. 93), exemplifica essa prática quando afirma que “alguns professores propõem jogos em que os alunos vencedores permanecem jogando mais tempo, em detrimento dos demais. Ações, como essa, podem indicar que o professor privilegia os mais aptos, o que deve ser evitado”.

A partir daí, é possível perceber que o princípio da inclusão deve ser um dos norteadores da Educação Física dentro do contexto das práticas corporais dos esportes de aventura, e que essas práticas demonstram que é possível modificar a concepção da sociedade quanto à prática desses esportes. Logo, quando se fala de

uma prática corporal com base nos esportes de aventura torna-se necessário analisar de forma criteriosa o desenvolvimento de alternativas para a inclusão de todos os praticantes. Para tal, a inventividade passa a ter protagonismo no desenvolvimento de uma didática objetiva e segura, embasada em conceituações educacionais e técnicas visando atender essa realidade e não simplesmente deixar nenhum aluno de lado.

3.2 Princípio da diversidade

A seleção dos conteúdos deve, tanto quanto possível, incidir sobre a totalidade das práticas corporais oferecidas pelos esportes de aventura, esses esportes oferta uma diversidade de experimentações no âmbito de sua prática, pois as suas diversas definições contribuem para muitas possibilidades de se trabalhar diretamente ações pedagógicas correlacionadas à natureza de sua prática. Neste sentido, os conteúdos das modalidades dos esportes de aventura contemplam situações de movimento diversificadas, em constante mudança na dinâmica natural, dentro e fora da natureza desses esportes, isto é, o “Princípio da Diversidade”. Esse princípio visa garantir que, ao longo da vivência experimentada, os praticantes tenham o maior número possível de experiências corporais e oportunidades de aprender sobre, e com todos os conteúdos desses esportes.

Neste contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), sugerem que o princípio da diversidade poderá também ser aplicado na construção dos processos de ensino e aprendizagem orientando a escolha dos objetivos e conteúdos, que visam ampliar as relações entre os conhecimentos da cultura corporal de movimento (neste caso, os esportes de aventura) e os sujeitos da aprendizagem. Desta forma, busca-se legitimar as diversas possibilidades de aprendizagem que se estabelecem com a consideração das dimensões afetivas, cognitivas, motoras e socioculturais proporcionadas aos praticantes pela prática corporal, cultural e a universalidade desses esportes.

Outro ponto importante a salientar é a atenção sobre a “diversidade de conteúdos”, que deverá se concretizar em medidas que levem em conta não somente

as capacidades intelectuais e os conhecimentos do praticante, mas, de que o mesmo dispõe de seus interesses e motivações. Esse conjunto constitui a capacidade geral do praticante para aprendizagem em um determinado momento de sua prática (BRASIL, 1998).

Nessa perspectiva, recomenda-se também, que o professor/instrutor fomente o princípio da diversidade relacionado com o trabalho da diversidade dos conteúdos em seu sentido mais amplo de prática. Isso significa dizer que o mesmo, não deve ensinar somente uma ou outra prática corporal relativa ao esporte de aventura, mas uma diversidade de práticas que fazem parte do universo da cultura corporal da modalidade que está sendo tematizada pelo professor, em outras palavras, o professor deverá explorar todas as possíveis habilidades motoras de seus alunos, por meio das características de cada modalidade, como por exemplo: subir, escalar, correr, saltar, pular, equilibra-se, rolar entre outras características peculiares de cada modalidade (BRASIL, 1998).

Ainda sobre as orientações que constam nos PCNs (1998), a atuação do professor no âmbito da prática deve levar em conta também fatores sociais, culturais, e o histórico educativo de cada praticante, como também as características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou até mesmo de alta-habilidade intelectual. Deve-se dar especial atenção ao praticante que demonstrar a necessidade de resgatar a sua autoestima, pois se trata de garantir condições de aprendizagem diversificada a todos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais, e assim proporcionar as mais variadas práticas corporais possíveis.

Entretanto, as práticas corporais presentes na universalidade cultural dos esportes de aventura não podem apenas contemplar experimentações ambientais em água, gelo, ar ou terra (sendo este último, de melhor acessibilidade e prática, dependendo das condições, clima e local a serem praticados), esses sendo escolhidos arbitrariamente pelo professor, não podem estar inseridos em um percurso de aprendizagem planejado, sem que haja intencionalidades pedagógicas explicitadas, a diversificação dos conteúdos deverá nortear às aprendizagens.

Para Betti e Zuliani (2002), essas possibilidades são visivelmente existentes, mas, eventualmente algumas aprendizagens poderão sobrepor-se em algum aspecto; por exemplo, as habilidades de deslocar-se no espaço como o (parkour), habilidade de escalada com velocidade (montanhismo), técnicas verticais, tirolesa, rapel, mountain bike (down hill, cross country), trekking, entre outros, poderão coincidir em variáveis contribuições, mas que também irão se diferenciar em função das intencionalidades e das situações vividas pelo praticante. Logo, propiciar prazer e desempenho à prática é diversificar os conteúdos a serem trabalhados e aplicados. Assim sendo, as inferentes considerações textuais referem-se à atenção à diversidade que trata-se de um dos princípios comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os praticantes realizarem as aprendizagens fundamentais, técnicas e experimentação dos esportes de aventura, para que seu desenvolvimento e socialização sejam alcançados com êxito, e que cabe ao professor atender a este importante princípio didático.

3.3 Princípio da complexidade

Este princípio liga-se intimamente em uma análise teórica da complexidade entre os fatores intrínsecos (fatores relacionados diretamente com os praticantes) e extrínsecos (fatores relacionados aos materiais utilizados, ambiente natural de prática, etc.). Dentre esses fatores, os aspectos individuais e o aprendizado de participação em equipe ou individualizada, devem proporcionar aos praticantes experiências que fomentem sua ascensão no âmbito recreativo, educativo ou esportivo, minimizando assim as complexidades que estes esportes podem oferecer.

Neste cenário de aprendizagens este é um ponto crucial de lógica, pois para Pereira et al (2008), esta complexidade está implícita, o autor afirma em seu estudo que os esportes de aventura podem ofertar realizações complexas de prática e aprendizado, quando apresentadas ao praticante. Talvez complexas por acontecer onde a base dessas práticas pode estar relacionada diretamente entre o fator extrínseco (local de prática, materiais utilizados, condições climáticas, entre outros) e as conexões entre o fator intrínseco (capacidades físicas e intelectuais do praticante).

Essas são possíveis variáveis que devem ser trabalhadas com os devidos cuidados, pois devem estar totalmente ajustadas à faixa etária e ascensão do praticante.

Visto que, essas variáveis vinculadas as atividades propostas pelo professor podem provocar uma exigência entre as articulações e as soluções das mais diversas experimentações corporais possíveis, são estas que irão compor as características de complexidade para o praticante (VIEIRA; BAGGAGIO, 2004). Nesse sentido, a complexidade das práticas corporais dos esportes de aventura deverão ajustar-se as demandas gerais do praticante, tanto na esfera de prática corporal, quanto na esfera ambiental relacionada à prática com a natureza.

Para Betti e Zuliani (2002), a didática, a metodologia e os conteúdos que forem selecionados para o trabalho das práticas corporais dos esportes de aventura, deverão adquirir complexidade crescente com o decorrer da faixa etária dos praticantes, tanto do ponto de vista de desenvolvimento motor (habilidades básicas, refinamento dessas habilidades e habilidades especializadas) como as de caráter cognitivo (na qual a capacidade de análise, de crítica, o processamento de informação, e tomada de decisões, são trabalhados continuamente).

Paixão et al (2011), também orientam para que os professores agreguem uma série de saberes que minimizem a complexidade da prática para o praticante, tal qual o mesmo deverá vivenciar os domínios de técnica e suas possíveis adaptações, habilidades essenciais ajustadas à modalidade escolhida pelo praticante, conhecimento básico empregado à aplicabilidade da tecnologia e dos equipamentos utilizados, capacidade de realização e decifração das informações referenciais ao ambiente natural, e mediante o imprevisto, obter a capacidade de tomada de decisão e agir antecipadamente por meio de estratégias e métodos a serem utilizados para superar os obstáculos, ou seja, sobrepor a complexidade e o risco inerente à prática. Portanto, alcançar o êxito nos objetivos gerais de procedimento do planejamento determinado para a prática esportiva de aventura, perpassa a complexidade que podem ser ofertadas por esses esportes. É possível ainda apontar para os conhecimentos que devem ser oferecidos ao praticante, ao qual o levarão a reflexões que a complexidade dessas atividades excede qualquer conhecimento prévio de senso comum sobre esses esportes.

Nesse sentido, Inácio e Marinho (2007) apontam que a construção complexa dos conhecimentos desses esportes deverá ser suficiente para assegurar ao praticante não somente o prazer e a aventura desses esportes, como também sua integridade física e emocional, além de contemplar aspectos relacionados à preservação do meio natural em que se desenrola uma dada modalidade. A partir daí, essas considerações fornecerão pistas para se refletir acerca de como a complexidade e o risco desses esportes estão arraigados, e que esses fatores sobrepõem as fortes emoções de aventura proporcionadas pelas práticas corporais desses esportes, nos quais muitas vezes se efetivam em condições que expõem o praticante ao risco. Contudo, uma vez que o risco se configura como elemento inerente e propulsor dessa complexidade, torna-se importante refletir como os professores que se encontram à frente da condução e instrução de diferentes modalidades de esportes de aventura percebem e lidam com o risco no sentido de prever, controlar e minimizá-lo no cotidiano das intervenções profissionais, para tanto isto não poderá ser uma barreira de “complexidade” que não seja sanada.

3.4 Princípio da adequação ao aluno

O conceito de princípio da adequação ao aluno segundo Betti e Zulliani (2002), afirma que em todas as etapas processuais de ensino é preciso considerar as características, o potencial e a disposição do aluno, nas perspectivas cognitiva, social, motora e afetiva. Este princípio também pode ser conhecido como princípio de adequação aos aprendentes (BETTI; GOMES-DA-SILVA, 2018). Para Mauro Betti e Gomes-da-Silva (2018), este é um dos princípios que o professor/a deverá compreender bem, mesmo que com outro termo “desconhecido” já que é bastante concreto o fato de que os alunos não são todos iguais e apresentam características bem individuais, ou seja, são seres singulares. No ensino da Educação Física e do Esporte sabe-se que este princípio também é conhecido como individualidade. Entretanto, no ensino dos esportes de aventura o princípio da adequação do aluno compreende as adequações das modalidades propriamente ditas, ou seja, o professor deve introduzir atividades práticas que sejam novas experimentações, ou

uma variação mais complexa de adequação de um determinado movimento de modalidade que o aluno já domine.

Nesse sentido, para Brasil, Ramos e Nascimento (2019), a intervenção do professor toma o protagonismo não apenas no âmbito de prática e adequação ao aluno, mas, remonta a intervenção que se caracteriza pelo nível de complexidade e pela vulnerabilidade do ambiente em que a prática esportiva ocorre (ou seja, na natureza) e, também, da especificidade dos equipamentos utilizados e das habilidades exigidas por estes esportes. Sendo assim, o risco aparente oferecido pelos esportes de aventura surge como elemento pedagógico predominantemente na adequação dessas atividades, nas quais o professor proporciona para aprendizagem dos praticantes, o modelo em que a base dos níveis adequados de risco apresenta implicações claras na segurança dos alunos, motivação e a aquisição das habilidades.

Entretanto, quando o aluno ainda está em desenvolvimento e não consegue realizar certo conjunto de atividades sozinho, mas é capaz de fazê-lo quando um adulto ou um colega mais capacitado lhe propicia orientações adequadas, tem-se aí o indicativo do nível de desenvolvimento potencial, bastante interessante do ponto de vista pedagógico, pois se trata de um panorama, referente ao futuro. Portanto, a dinâmica da adequação na aprendizagem, ao gerar desenvolvimento real, gera também habilidades em nível menos elaborado, e que poderão amadurecer futuramente (BETTI; GOMES-DA-SILVA, 2018).

Outro ponto que podemos considerar aqui é o proposto por Medrado (2013). Segundo o autor, existe o tempo para assimilar o conhecimento pedagogicamente. No contexto dos esportes de aventura o princípio da adequação ao aluno poderá ocorrer quando os conteúdos são organizados, sistematizados e divididos dentro de tempo pedagogicamente fundamental para a sua compreensão. A expressão de exemplo, observemos como um mesmo tema pode ser tratado em todos os níveis de prática numa ascensão espiralada. Saltar representa uma das atividades historicamente formada e culturalmente desenvolvida onde ultrapassar obstáculos pode ocorrer em altura ou extensão.

Indubitavelmente, a ênfase pedagógica deve incidir na adequação do problema/tarefa. “Como desprender-se da ação da gravidade e cair sem machucar-se? Das respostas encontradas pelos alunos, surgirão às primeiras referências comuns à atividade de saltar” (MEDRADO, 2013, p. 18). A partir daí à aplicação do princípio da adequação ao aluno, no ensino dos esportes de aventura fomentara a ampliação de seu domínio sobre a forma de praticar esses esportes e suas modalidades. É interessante também ressaltar que uma habilidade corporal envolve, simultaneamente, domínio de conhecimento, de hábitos mentais e habilidades técnicas (CARDOSO, 2013).

Sendo assim, o princípio da adequação ao aluno aos esportes de aventura compreende que as orientações didáticas de adequação podem ser determinadas pela relação entre conteúdo e objetivo. Por conseguinte, o fornecimento pela qual se concretiza esta relação em condições didáticas específicas pode ao mesmo tempo influenciar na reformulação ou modificação dos conteúdos e objetivos. Referindo-se aos meios de adequação para alcançar objetivos gerais e específicos no ensino dos esportes de aventura, ou seja, envolver as ações a serem realizadas pelo professor e pelos alunos para atingir os conteúdos e objetivos (DARIDO 2012, p. 91).

Em se tratando de conteúdos se surgem também à possibilidade de se desenvolver ações pedagógicas que abordem as dimensões dos conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais, abordadas junto às modalidades dos esportes de aventura (PAIXÃO, 2017). Nesse sentido, as modalidades desses esportes, oferecem práticas corporais que apresentam um grande potencial de desenvolvimento educativo, cujo objetivo suscita nos praticantes circunstâncias educativas com experimento pouco frequente, além de uma forte especificidade motivadora, imbuída de fortes ações emotivas, de significados e intencionalidades.

Nessa direção, Paixão (2017), afirma que toda e qualquer proposta que envolva a inserção de uma nova temática no âmbito de prática, suscita para além de uma consonância os princípios almejados (neste caso, o princípio da adequação ao aluno) que permeiam o planejamento proposto pelo professor, que passa indubitavelmente pela necessidade de serem precedidas de reflexões a partir do conceito de conteúdo.

Desta maneira, cogita-se a forma de aplicabilidade desses conteúdos, que surgem como ações pedagógicas de seguinte seguimento:

Na dimensão conceitual podem ser desenvolvidos os aspectos históricos das modalidades, os locais de prática, os equipamentos, os objetivos e motivos de se praticar, bem como o entendimento do fator risco presente nas diferentes modalidades. No que se refere à dimensão procedimental, que trata do 'como fazer', podem ser desenvolvidas as técnicas de movimentos, as técnicas e princípios relacionados à segurança e bem estar do praticante, os processos pedagógicos e as adaptações necessárias do esporte para cada faixa etária e condições da escola. Finalmente, a partir da dimensão atitudinal, podem ser desenvolvidas a noção de regras, a ética dos esportes, o respeito às normas de segurança, a relação com situações de risco, a importância da cooperação entre praticantes no decorrer da prática de uma dada modalidade (PAIXÃO, 2017, p. 175).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo compreendeu alguns princípios didático-pedagógicos para a possibilidade de ensino dos Esportes de Aventura. Portanto, conhecer estes princípios didático-pedagógicos e sua aplicabilidade no contexto do âmbito de prática dos Esportes de Aventura é reconhecê-los, bem como a melhor forma de lidar com as práticas que podem ser trabalhadas desde a infância, assim como os estímulos à prática esportiva dos esportes convencionais. Nesta perspectiva, o Esporte de Aventura contribui de forma positiva para o desenvolvimento integral dos seus praticantes e poderia ser mais incentivado e valorizado nas escolas brasileiras e cursos de formação para instrutores, a fim de formar mais atletas com maior preparo técnico para enfrentar os desafios existentes no mundo desses esportes praticados na natureza.

Para realização de pesquisas futuras, sugere-se a apresentação de propostas com estudos que centralizem seus objetivos, a fim de investigar o campo mais amplo de prática e ensino dos Esportes de Aventura. Em nível de metodologia de ensino, estudos comparados com os esportes convencionais como, por exemplo, o vôlei e o futebol apresentam literatura vasta que fomentam as práticas pedagógicas de ensino. Este estudo também auxilia de forma bem significativa às contribuições para a prática do professor/instrutor dos Esportes de Aventura. Entretanto, a partir dos resultados

encontrados, existem as possibilidades de se ressaltar o papel fundamental do professor/instrutor na preparação dos praticantes, promovendo o autoconhecimento e realizando intervenções que possam auxiliar os praticantes a terem certo prazer e melhorar seu desempenho, bem como criar métodos e estratégias para lidarem com suas relações técnicas, seja nos treinos visando o alto nível do praticante ou no ambiente de mero lazer. Dito isto, ratificamos a importância de novos trabalhos científicos que fomentem as possibilidades das práticas de ensino para os Esportes de Aventura.

ABSTRACT

DIDACTIC-PEDAGOGICAL PRINCIPLES FOR THE TEACHING OF ADVENTURE SPORTS

Adventure sports correspond to the newest thematic object among those already established in the field of body culture. In the school field, although there is evidence of pedagogical practices on this practice, it is only after the publication of the National Common Curricular Base that adventure sports become part of the physical education curriculum at school. However, although the theme was instituted in the guiding document of national education, there are few studies that address the teaching of adventure sports at school with regard to the strategies of approach by the teacher. Therefore, the manuscript on screen is an essay that proposes a reflection on the possibility of teaching adventure sports using the didactic-pedagogical principles as guiding teaching action. A synthesis of the didactic-pedagogical principles is proposed, presenting them in a conceptual way, in order to situate the reader in the adopted framework. The articulations of each principle and its possibilities of application in pedagogical practice with adventure sports stand out. It is concluded that the use of didactic-pedagogical principles for the teaching of adventure sports can serve as a possible methodological strategy, considering the scarcity of productions on the theme.

Keywords: Didactic-pedagogical principle. Adventure sport. Teaching.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, V. Z.; RAMOS, V.; NASCIMENTO, J. V. Intervenção profissional nos esportes de aventura: uma perspectiva conceitual a formação e a investigação. **Movimento**, v. 25, e25005, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-8918.83842>>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- BETTI, M.; GOMES-DA-SILVA, L. **Corporeidade, jogo, linguagem**: a Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2018.
- BRASIL, V. Z. As ações pedagógicas para a intervenção do treinador de surf. **Movimento**, v. 22, n. 2, p. 403-416, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/57346>>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- BREIVIK, G. Trends in adventure sports in a post-modern society, **Sport in Society**, v. 13, n. 2, p. 260-273, 2010. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/233083337 Trends in adventure sports in a post-modern society](https://www.researchgate.net/publication/233083337_Trends_in_adventure_sports_in_a_post-modern_society)>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- BETRÁN, J. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.). **Turismo, Lazer e Natureza**. Manole: São Paulo, 2003.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- CARDOSO, F. L.; MARINHO, A.; PIMENTEL, G. G. A. Questões de gênero em universitários praticantes de esportes de aventura. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 24, n. 4, p. 597-608, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-30832013000400007&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- CANTORANI, J. R. H.; PILATTI, L. A. O nicho Esportes de Aventura: Um processo de civilização ou descivilização? **EFDesportes**, Buenos Aires, ano 10, n.87, 2005. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/O-nicho-%C2%BF%3A-esportes-de-Aventura-%C2%BF%3A-um-processo-de-ou-Pilatti-Cantorani/0a4476053da1307cd15400571c66db89da52310f>>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- DARIDO, S. C. Princípios de ensino para a educação física na escola. Ano de 2012. p. 93. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41551/1/01d19t05.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

FREIRE, M. Diálogo Entre a Educação e a Natureza. In.: SCHWARTZ, G. M. **Aventuras na Natureza: consolidando significados**. Jundiaí - SP: Fontoura Editora, 2006.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-51, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590/18303>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

GREZZANA, F. **Educação, Meio Ambiente e Esporte de Aventura na Natureza**. Coletânea -12º ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer). Balneário Camboriú, Santa Catarina: Roca, 2000.

MEDRADO, A. T. **Processo didático pedagógico do ensino do esporte em aulas de educação física escolar**. 2013. x, 50f.; Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Porto Nacional-RO, 2013. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/6882>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MARINHO, A.; UVINHA, R. R. (Orgs.). **Lazer, esporte, turismo e aventura: a natureza em foco**. Campinas: Ed. Alínea, 2009.

MARINHO, A. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, v. 14, n. 2, p. 181-206, abr./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/5756>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PAIXÃO, J. A. O esporte de aventura como conteúdo possível nas aulas de educação física escolar. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 50, p. 170-182, abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/21758042.2017v29n50p170/34005>> Acesso em: 25 abr. 2020.

PAIXÃO, J. A. Entre a aventura e o risco: formação e atuação profissional de instrutores de esporte de aventura no estado de Minas Gerais. **Revista Mackenzie de Educação Física e esporte**. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 257-271, 2015. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/5113>>. Acesso em 25 fev. 2020.

PAIXÃO, J. A. *et al.* Risco e aventura no esporte na percepção do instrutor. **Psicologia & Sociedade**. v. 23, núm. 2, mai/ago, 2011, pp. 415-425 Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326470023>>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I. **Pedagogia da aventura: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola**. São Paulo: Fontoura, 2010.

PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I.; RICARDO, D. P. Esportes radicais, de aventura e ação: conceitos, classificações e características. **Revista Corpoconsciência**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 35-56, jan./jun. 2008. Disponível em:

<<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/3486.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, R.; URBANESKI, V. **Metodologia do trabalho científico**. Indaial: UNIASSELVI, 2009.

TRIANI, F. S. *et al.* Esportes de aventura praticados na Barra da Tijuca e São Conrado, RJ: um levantamento das modalidades e formação do instrutor.

Motrivivência, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 01-15, abr. 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e61665/42928>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

TRIANI, F. S.; SILVA, F. T.; PAIXÃO, J. A. Escalada indoor como possibilidade de conteúdo para a educação física escolar. **Conexões**, v. 17. pp. 1-17, 2019.

Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8654409>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

TRIANI, F. S.; TELLES, S. C. C. Representações sociais sobre os esportes de aventura na educação física. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.10, n.30, p. 293, 314, 2019. Disponível em:

<<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3946/3276>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

TAFNER, E. P.; DA SILVA, E. **Metodologia Científica**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.

UVINHA, R. R. **Juventude, lazer e esportes radicais**. Barueri: Manole, 2001.

VIEIRA, P. S.; BAGGAGIO, A. Complexidade, corporeidade e educação física.

Revista Digital Buenos Aires. Ano 10. Nº 74. Júlio de 2004. Disponível em:

<<https://www.efdeportes.com/efd74/corpo.htm>>. Acessado em: 02 de abr. 2020.